



-----ATA nº04/2025-----

----- Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----1-Ponto prévio antes da ordem do dia; -----

----2-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Regulamento da Atividade de Proteção Civil Municipal de Vila Velha de Ródão; -----

----3-Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas Consolidadas de 2024; -----

----4-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Contrato-Programa Programa a celebrar com a Associação de Municípios para a Gestão do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes (CIRAE); -----

----5-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Contrato de comodato de bem imóvel, a celebrar entre o município de Vila Velha de Ródão e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão; ---

----6-Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro; -----

----7-Outros assuntos de interesse para o Município; -----

----8-Período de intervenção do público nos termos do Regimento;--

----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão procedendo à conferência dos membros, verificando-se a falta dos membros, Ivo Renato Diogo de Campos Patrício, Luís Manuel Calheiros da Cunha Andrade, Hugo Filipe Ribeiro Cardoso e Carlos Alberto Silva Gonçalves. -----

----Os membros Ivo Renato Diogo de Campos Patrício, Luís Manuel Calheiros da Cunha Andrade e Carlos Alberto Silva Gonçalves

justificaram a sua ausência e solicitaram a respetiva substituição, em conformidade com o Regimento da Assembleia Municipal, tendo assim estado presente em substituição destes, os membros, Inês Raquel Figueiredo Mateus Alves e Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto.-----

---- Os membros Luís Manuel Calheiros da Cunha Andrade e Hugo Filipe Ribeiro Cardoso, não foram substituídos.-----

---- Verificou-se também a falta da Vereadora da Câmara Municipal, Dr^a Ana da Conceição Bento Carepo.-----

---- Em seguida foi dado conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal, ficando disponível para eventual consulta.--

---- Informou que foi rececionada uma carta enviada pela munícipe Maria Leonor Trigueiros de Aragão, solicitando que a mesma fosse anexada à Ata. No entanto, e entendendo que as coisas deveriam ser tratadas de igual modo, esta carta não será anexada à Ata porque esta munícipe não fazia parte dos eleitos da Assembleia Municipal.

---- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação a Ata da sessão ordinária realizada em 25/04/2025, previamente remetidas a todos os membros, tendo sido aprovadas por maioria, com abstenção do membro João Miguel Silva, que não esteve presente na respetiva Sessão.-----

----**1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:**-----

---- O membro Célia Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Fratel, começou por cumprimentar todos os presentes, tendo em seguida proposto o seguinte voto de pesar e reconhecimento:-----

-----"VOTO DE PESAR E DE RECONHECIMENTO-----

---- *O Executivo da Junta de Freguesia de Fratel expressa o seu profundo pesar e consternação pelo falecimento no dia 09 de junho de 2025, do Sr. José Marques Sequeira.*-----



----José Marques Sequeira, Presidente da Assembleia de Freguesia de Fratel, quatro mandatos consecutivos, desde 2009 até ao presente. A ele, o nosso respeito e reconhecimento, pelo serviço prestado a toda a população. Saudoso autarca, era extremamente estimado por todos, na freguesia de Fratel, homem de consensos, trabalho e sobejamente reconhecido pela sua boa disposição. -----

----Durante todos estes anos de empenho, rigor e dedicação à causa pública, trabalhou com total disponibilidade em prole da freguesia, com ideais que nunca abandonou, amizade e solidariedade. Foi um presidente atento e preocupado com a freguesia, com as pessoas e com as associações. Deixa feitos e marcas que perpetuarão na população da Freguesia de Fratel. A sua partida deixa um vazio que será difícil de preencher, mas a sua memória e os seus feitos jamais serão esquecidos. O exemplo que nos deixou, a sua honestidade e o seu empenho no serviço público, serão sempre motivo de orgulho e motivação para todos nós. -----

----Não importa qual o nosso tempo de vida, se fizermos o bem acabamos por nos tornar eternos, marcamos quem está à nossa volta e deixamos o mundo mais rico com a nossa presença. -----

----Por todo o seu legado propomos um voto de pesar e reconhecimento, homenageando aquele que foi o nosso Presidente da Assembleia de Freguesia de Fratel. -----

----Propomos ainda que seja cumprido um minuto de silêncio." -----

----No seguimento do proposto e tendo sido aceite por todos os presentes, foi feito um minuto de silêncio em homenagem ao Senhor José Marques Sequeira. -----

----O membro Luís Coutinho disse que os membros da bancada da Coligação "NOVO RUMO" associavam-se a este voto de pesar e apresentavam as condolências pela perda do Sr. José Marques

Sequeira.-----

----2-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Regulamento da Atividade de Proteção Civil Municipal de Vila Velha de Ródão;-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Engenheiro Jorge Filipe que elaborou este Regulamento, tendo este feito uma breve apresentação do mesmo.-----

---- O membro Luís Coutinho disse que segundo entendera, o Centro de Coordenação Operacional Municipal teria a competência, no caso, por exemplo, de um incêndio de grande ou média dimensão, não ter que estar subjugado ou á espera, por exemplo, de um Centro de Coordenação Distrital ou Nacional. o Serviço Municipal de Coordenação Civil fazia aquele trabalho de casa, administrativo, levantamentos, tudo o que depois serviria de apoio na retaguarda também, porque se falava que quando havia um incêndio, que a proteção civil vinha de fora e depois os bombeiros estavam à espera, não conheciam o terreno, por isso e se bem entendera, com este Centro de Coordenação Operacional Municipal, será mais fácil agilizar os processos.-----

---- O Engenheiro Jorge Filipe respondeu que o Centro de Coordenação Operacional Municipal e relativamente a isso, sucedia o seguinte e porque neste caso, incidimos para a componente de incêndios florestais, mas este Centro servia para todo o tipo de atividades de proteção civil, mas querendo alargar, porque se formos para o caso de incêndios florestais, quem coordena a nível de incêndios florestais era sempre o Centro de Comando Operacional Sub-regional de Incêndios Florestais. Agora, por exemplo, em componentes que também já tivemos, como era o caso Covid, aí termos um CCOM para a gestão diária, semanal, dos processos de vacinação e nesse ponto era fundamental, porque aí, dependia naturalmente



apenas do município o tipo de intervenção que se irá executar. Agora, existiam determinado tipo de atos de proteção civil, nos quais, mesmo tendo autonomia municipal, aos quais estávamos subordinados a uma coordenação sub-regional. -----

----O membro Ricardo Morgado, começou por cumprimentar todos os presentes, agradecendo também ao Engenheiro Jorge Filipe a elaboração deste documento e ter vindo aqui fazer a sua apresentação. Éramos um concelho com uma área enorme, suscetível a riscos e situações de eventual catástrofe elevada, recordando que na apresentação do ano passado, além dos polos industriais, existia também a linha férrea e a autoestrada, parecendo-lhe que havia aqui, eventualmente, mais responsabilidade para outros membros e, realmente, como todos somos agentes de proteção civil, e desejando que estas situações nunca aconteçam, julgava importante que o melhor era estarmos preparados. Uma das questões que se colocava sempre, era os incêndios que, infelizmente, era um flagelo que nós temos em Portugal, andando-se sempre aqui a discutir muito de que é que era responsabilidade, do organismo para a direita e para a esquerda, às vezes um bocadinho, se calhar, de excesso de teoria, mas também e como se costuma dizer, em situações de catástrofe e de stress elevado, realmente temos que agir e a coordenação tinha que funcionar. Parecia-lhe que nós, na teoria, estávamos realmente muito bem, o nosso concelho tem estado a cumprir essa parte toda, esperando que quando se passar à prática e esperemos que isso não aconteça, mas que estejamos cá para intervir. -----

----O membro Luís Coutinho, em relação à participação das tais indústrias que eram as maiores do concelho e que estavam mais ligadas ao setor do papel, questionou se elas faziam parte deste Centro, se isso as obrigava também, caso haja, por exemplo, uma

explosão numa dessas fábricas, que poderá ter também algum risco, não só os incêndios, mas também se for algum outro tipo de acontecimento grave, elas próprias é que informam e se este Centro de Coordenação estará informado também dos meios disponíveis que poderão ser facultados por essas empresas, no sentido de ultrapassar uma situação de risco elevado, provavelmente fará parte também dos planos de segurança deles e era por isso também que estas empresas maiores poderem e deverem colaborar, obviamente, com a Coordenação da Proteção Civil Municipal.-----

---- O Engenheiro Jorge Filipe, respondeu que nos caso referido era exatamente isso, todas estas grandes empresas têm um chamado plano de emergência interna, que têm que ter um conjunto de simulacros legalmente estipulados, para os quais convidam a Proteção Civil Municipal e os bombeiros, para podermos estar a par dos mesmos, e dentro da sua dimensão e consoante a sua dimensão, têm que ter também um conjunto de meios alocados internos logo para uma primeira intervenção, para que depois, caso isso escale, terem a intervenção externa, reforçando que os próprios simulacros deles são acompanhados por nós, por norma, principalmente pelos bombeiros e também pelo Serviço Municipal de Proteção Civil ultimamente.----

---- O membro Vítor Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão, começou por cumprimentar todos os presentes, agradecendo também ao Engenheiro Jorge Filipe pela brilhante apresentação que fez, referindo que esta era uma área que também conhecia bem pela profissão que tinha, complementando aqui algumas questões.-----

---- Em relação aos incêndios rurais, as pessoas achavam sempre que era aquilo que era mais complicado e de facto era, são aqueles que têm mais visibilidade, no entanto, para o nosso Concelho,



felizmente, eram aqueles que tinham menor importância, porque de janeiro até agora não tinha havido qualquer ocorrência de incêndios florestais, no entanto havia sempre muitas ocorrências de emergência médica, ou seja, em termos de visibilidade eram aquelas que criavam mais impacto, em termos de grau de importância para nós, o Concelho de Vila Velha de Ródão, na realidade eram aqueles que menos preocupavam na parte de serviço operacional, porque eram aqueles que nós tínhamos menos necessidade de intervir, no entanto, temos de estar sempre preparados para uma possível intervenção. ---

----Em relação ao acionamento de meios, como estavam a falar e bem, isso cabia sempre ao elemento mais graduado que chega ao teatro de operações, que faz a seleção dos meios necessários, e esses meios são sempre solicitados à Câmara Municipal, nomeadamente, ao Serviço Municipal de Proteção Civil, no que dizia respeito às máquinas de rastro, a parte da logística nós também solicitamos à Câmara Municipal o apoio, ou um sítio para colocar pessoas desalojadas se necessário. -----

----Em relação aos meios de combate, normalmente as empresas têm e os que não têm são solicitados ao Comando Sub-regional, e ele sim coordena os meios todos que vêm para o nosso teatro de operações, agora são sempre solicitados pelo elemento de bombeiros que está mais diferenciado naquele teatro de operações, por isso a coordenação é toda deles, e essa ideia de que antigamente existia, que os bombeiros vinham daqui e dali e continuam a vir, dizendo sempre que é preferível virem cinquenta e não serem necessários, do que virem dez agora e depois nós chegamos lá com outros dez e temos que chamar mais vinte que vão demorar uma hora ou duas a chegar ao local, por isso aquela ideia de que chamamos muitos e depois não são necessários, vêm cá só a passear, desculpem o termo,

preferia sempre que venham muitos mais meios, chegam lá, não são necessários, regressam à casa descamisadinhos e em segurança, do que serem necessários e depois demoram muito mais tempo a vir, e nós temos sempre a ideia de uma coisa, um incêndio florestal numa parte inicial combate-se muito mais rápido, se deixamos passar mais de quinze minutos a probabilidade de termos um grande incêndio é muito elevada, por isso um ataque inicial musculado é uma grande vantagem, e, felizmente, a nossa sub-região funciona muito bem nessa intervenção inicial, por isso acho que o Engenheiro Jorge Felipe disse bem, a ligação entre todos é fundamental e por isso é que a coordenação dos meios todos juntamente com a parte da proteção civil é muito importante.-----

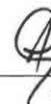
---- Não havendo mais intervenções e após votação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, em conformidade com a alínea g) do n.º1 do artigo 25º, do anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, aprovar o do Regulamento da Atividade de Proteção Civil Municipal de Vila Velha de Ródão, conforme o texto apresentado e aprovado na Reunião de Câmara realizada em 30/05/2025, que fica arquivado e será rubricado pelos membros da mesa.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----**3-Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas Consolidadas de 2024;**-----

---- O membro Paulo Roberto começou por cumprimentar todos os presentes bem como os colaboradores da Câmara Municipal pelo excelente relatório que fizeram.-----

---- Relativamente às contas consolidadas, não havia muito a dizer, porque no fundo era uma consolidação entre aquilo que estava no perímetro da responsabilidade da Câmara Municipal com as contas da Autarquia. E ainda para mais aqui no Concelho de Vila Velha de



Ródão, enquanto que o balanço de consolidado da Câmara Municipal representava 99,84% (noventa e nove virgula oitenta e quatro por cento) das contas totais. -----

----Referiu também que na página vinte e um e na página vinte o valor dos resultados financeiros estavam diferentes. Parecia-lhe que o da página vinte e um não estava correto, mas era só uma questão para correção do próprio relatório e mais nada. -----

----A única questão que tenha era relativamente aos resultados líquidos, porque entre os resultados líquidos que foram apresentados nas contas da Câmara Municipal e os resultados líquidos que agora aparecem nos resultados consolidados, existia uma diferença de cerca de 39,84% (trinta e nove virgula oitenta e quatro por cento), cerca de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros). Sendo o CMCD um organismo não lucrativo, não parece que tenha resultados líquidos de trinta e cinco mil euros. Por isso era só tentar entender qual a razão da discrepância entre os 49.000,00€ (quarenta e nove mil euros) de resultados líquidos que houve nas contas apresentadas em abril e agora os 84.000,00€ (oitenta e quatro mil euros) de resultados líquidos que estão plasmados relativamente às contas consolidadas. -----

----Relativamente aos técnicos superiores do CMCD, questionou se eram colaboradores do CMCD ou se eram colaboradores da Câmara Municipal. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal Relativamente aos técnicos superiores, informou que o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão (CMCD) tinha quadros próprios, ou seja, os técnicos que lá estavam eram da própria entidade. -----

----Relativamente à diferença da consolidação das contas, isso

será o resultante dessa consolidação e que tinha a ver com os resultados da entidade que se agregam aos resultados da Câmara Municipal, passando a palavra á Doutora Fernanda Neves, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município.-----

---- A Doutora Fernanda Neves confirmou que era resultante do resultado apurado pelo Município acrescida do resultado líquido verificado pelo CMCD e efetivamente, era essa a diferença.-----

---- O membro Paulo Roberto referiu que aqui a única coisa que lhe parecia estranha era que sendo uma organização não lucrativa, ter um resultado líquido de trinta e cinco mil euros, o que era obviamente melhor do que ter prejuízos.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal complementou que a grande preocupação seria se de facto os resultados fossem diminuídos, logo, se são positivos, era bom sinal.-----

---- Não havendo mais intervenções e após votação, Os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2024 presentes à Assembleia Municipal, nos termos da alínea 1) do n.º2, do artigo 25º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 2 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, foram apreciados e votados por maioria, com 14 (catorze) votos a favor e 3 (três) votos de abstenção, dos membros Luís Manuel Machado Brito Coutinho Dias, Júlia Cristina Marchão Ceia e Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----4-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Contrato-Programa Programa a celebrar com a Associação de Municípios para a Gestão do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes (CIRAE);-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal lembrou que este



protocolo vinha aqui todos os anos. A única coisa que variava era a participação financeira que este ano até era inferior. Este ano era de 10.000,00€ (dez mil euros), sendo que são 7.500,00€ (sete mil e quinhentos euros) para investimento e 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros) para despesas correntes e era mais baixo porque já não havia necessidade de fazer tanto investimento. -----

----O membro Luís Coutinho disse que este este ponto era bastante importante, porque vinha ao encontro do problema com os cães selvagens, que eram animais errantes, mas causavam um prejuízo do qual ninguém se responsabilizava e isto era um problema que, obviamente não era da Câmara Municipal, mas era um problema que alguém, o Estado Central e os seus serviços, deveriam começar a pensar e a resolver, porque não podiam ser sempre os mesmos a suportar os estragos. -----

----Não havendo mais intervenções e após votação, a Assembleia Municipal, em conformidade com a alínea k) do nº1 do artigo 25º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovou por unanimidade, o Contrato Programa a celebrar entre o Município e Associação de Municípios para a Gestão do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes - CIRAE, que se dá por transcrito e se arquiva nos documentos presentes na sessão, tendo por objetivo apoiar financeiramente as despesas de funcionamento do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes - CIRAE, na parte não coberta por outras receitas, nos termos da minuta da Ata nº13/2025, que se anexa aos documentos presentes nesta sessão, aprovada na reunião do Executivo realizada em 13/06/2025. -----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----5-

----**Apreciação, discussão e eventual aprovação do Contrato de comodato de bem imóvel, a celebrar entre o município de Vila Velha**

de Ródão e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão;---

---- O membro Paulo Roberto questionou que se houvesse necessidade de grandes obras no edifício, não estava muito bem definido de quem era essa responsabilidade. Obviamente, quando for na utilização, se houver pequenas obras a fazer, era da responsabilidade do comodante, mas se houver grandes obras, de quem é que era a responsabilidade de as executar.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que este comodato decorria de uma iniciativa da Câmara Municipal. Como todos sabiam, neste momento, havia um número muito significativo de crianças no concelho e as instalações da Santa Casa da Misericórdia não conseguia dar resposta às necessidades que tínhamos. Era um problema que já vinha de algum tempo atrás, recordando que fora feito inclusive uma candidatura ao PRR, que, infelizmente, não foi considerada elegível, tendo sido reservado, naquilo que foi o pacto, um valor para fazer esta obra e era isso que agora se estava a fazer.-----

---- Uma das condições para a obra ser elegível era ter um acordo de cooperação com a Segurança Social, que a Câmara Municipal não tem. Portanto, teria que se estabelecer um acordo de colaboração com a Segurança Social, que neste momento não dava para fazer e quem estava em condições de ter esse acordo era a Santa Casa da Misericórdia. Para além disso, depois, a nível da gestão operacional da creche, a Câmara Municipal teria que recrutar pessoas. Assim, entendeu-se que, uma vez que a Santa Casa da Misericórdia já tinha profissionais e que tem esse acordo, que seria a instituição que por natureza, melhor posicionada para resolver este problema em parceria com a Câmara Municipal, e lançou-se este desafio. Qual é o benefício que a instituição tem



com esta colaboração com a Câmara Municipal? É que o espaço que neste momento tem alocado ao infantário, vai ficar disponível para os idosos, porque esta instituição, neste momento, também estava muito pressionada pela Segurança Social e até num momento muito delicado, porque estava a reduzir utentes por imposição da Segurança Social, situação que até poderá causar-lhes em termos de equilíbrio de tesouraria, sérias dificuldades já este ano. -----

----Assim, era uma solução vantajosa para as duas partes. Para a Câmara Municipal, que ficava com a resposta assegurada por uma instituição que tem acordo e que tem experiência nessa área, e para a instituição que liberta espaço para o acomodar mais utentes. ----

----A nível daquilo que depois seja o futuro, era da opinião que terá que haver sempre esta boa colaboração que sempre existiu entre a Santa Casa da Misericórdia e a Câmara Municipal, aqui também há algum bom senso, porque obviamente era sabido que a instituição, independentemente daquilo que sejam as obrigações que possa ter do ponto de vista legal, tinha sérias dificuldades, é uma instituição que não tem património, porque não temos aqui pessoas com vasto património, como acontece em muitos concelhos que davam às instituições, e por essa via as instituições ficavam com património e com capacidade para dar resposta às suas solicitações. -----

----Também percebera que a Segurança Social colocava-lhes um conjunto de exigências enormes do ponto de vista dos seus recursos humanos e transfere para as famílias as responsabilidades financeiras. Sabia-se que as famílias também tinham dificuldade em fazer face às exigências financeiras que a entrada dos seus utentes nos lares acarretava, são instituições que vivem sempre com muita dificuldade, e terá que haver sempre aqui e ser assumido um apoio da Câmara Municipal para que a instituição não tenha mais problemas

do que aqueles que já tem. Aqui a Câmara Municipal terá que dar essas respostas, atendendo àquilo que é a importância e a relevância do trabalho desta instituição para o Concelho.-----

---- O membro Luís Coutinho disse que fazia todo o sentido o que o Senhor Presidente da Câmara dissera porque, obviamente, são instituições que precisam de apoio e aqui não havia outros recursos que não a Câmara Municipal e enquanto esta pudesse apoiar, era óbvio que estávamos todos de acordo.-----

---- A Assembleia Municipal, em conformidade com a alínea i) do n.º1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovou por unanimidade, a Minuta do Contrato de Comodato, relativo ao Edifício sito na Rua da Fonte, que se encontra descrito na Conservatória do Registo Predial da freguesia de Vila Velha de Ródão com o n.º 117 e inscrito na matriz predial urbana da mesma freguesia sob o artigo 1791, nos termos da minuta da Ata n.º12/2025, que se anexa, aprovada na reunião do Executivo realizada em 30/05/2025.-----

---- A cedência do referido imóvel à Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão tem por objetivo o desenvolvimento exclusivo da atividade de Creche para a satisfação de carências sociais, sendo de manifesto interesse público municipal, bem como necessária para assegurar as respostas sociais concelhias.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- **6- Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;**-----

---- Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma Informação escrita evidenciando no n.º1, a situação financeira, reportada à data de 12 (doze) de junho, nomeadamente, os valores da



receita cobrada de 4.951.463,44€ (quatro milhões, novecentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e sessenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos), dos pagamentos efetuados de 3.051.783,88€ (três milhões, cinquenta e um mil, setecentos e oitenta e três euros e oitenta e oito cêntimos) e do saldo reportado a 12/06/2025 de 4.941.194,88€ (quatro milhões, novecentos e quarenta e um mil, cento e noventa e quatro euros e oitenta e oito cêntimos), bem como as faturas por pagar a fornecedores no valor de 258.812,59€ (duzentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e doze euros e cinquenta e nove cêntimos). -----

----No n.º2, as principais atividades desenvolvidas pela autarquia nos setores da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, Ação Social, do Desenvolvimento e Turismo, no Apoio ao Desenvolvimento e Proteção Civil, no da Habitação e Urbanismo, Obras e Projetos Municipais, bem como a informação sobre os recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a nota relativamente àquilo que são os investimentos mais significativos da Câmara Municipal, desde a intervenção no Agrupamento de Escolas até à Rua da Estrada, neste momento estavam apenas e só pendentes da validação dos procedimentos pelo Tribunal de Contas, excetuando-se aqui a questão do posto da GNR, que foi lançado agora o concurso, e que ainda nem sequer tem a qualificação das empresas para fazer a obra porque está a sair agora no Diário da República, bem como a rotunda na Estrada Nacional 241, que será feita em parceria com a empresa Navigator. -----

----Entretanto já tivera aqui questões colocadas pelo Tribunal de Contas de alguma complexidade, mas que não nos deixa apreensivos relativamente às mesmas e já se estava a responder às primeiras que

nos foram colocadas. A correr tudo bem, dependerá também depois da apreciação que o Tribunal de Contas venha a fazer e do tempo que levar a fazer isso, estando convencido que as obras estarão, todas elas ou quase todas, em condições de se dar início no mês de julho, o que eram boas notícias.-----

---- A única situação que continuava sem um desenvolvimento positivo, mas para isso também já não era surpresa para ninguém, era a questão que está relacionada com o financiamento da habitação das vinte e seis casas a construir junto à Urbanização da Quinta da Torre, na avenida da Encosta da Serra, que continua sem qualquer resposta por parte do IHRU, relativamente ao enquadramento e ao financiamento da obra.-----

---- Essa situação também já estava resolvida no momento em que foi assumido fazer a obra através do financiamento de capitais próprios. Obviamente que a única consequência que tem, e que não é de somenos importância, é que do ponto de vista da realização de outras obras limita-nos, porque quando lançámos esta obra, a expectativa era que ela fosse financiada pelo IHRU e havia outras intervenções para fazer nas freguesias, nomeadamente, em Vila Velha de Ródão, e que têm que aguardar o desenvolvimento desta situação para depois poderem ser equacionadas.-----

---- O membro Ricardo Morgado assinalou o quarto aniversário do Centro Convívio de Sarnadas de Ródão, referindo que esta era a prova provada de que realmente, até quando aparentemente a Santa Casa da Misericórdia podia falhar, o Município tem encontrado soluções e bem, e tem apoiado quem realmente mais precisava. Assinalou também como tenho feito o aniversário da Casa de Artes e Cultura do Tejo, continuando com uma cultura muito diversificada.-

---- Relativamente ao Parque de Caravanismo e referindo a



informação, pernoitaram no mesmo 2.891 (duas mil oitocentas e noventa e uma) autocaravanas, o que, se assim for, era realmente, uma prova provada que o turismo e essa sustentabilidade do nosso património natural tinha cada vez mais visitantes. -----

----Questionou em seguida se poderia dar mais alguma informação quanto á abertura do CIARTE. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder á questão da inauguração do CIARTE, dizendo que havia a expectativa que esta ocorra na segunda semana de julho, dependerá da disponibilidade de algumas das pessoas que eram convidados obrigatórios. -----

----Relativamente, depois, à questão das caravanas que pernoitam em Vila Velha de Rodão, compreendia a perplexidade do membro Ricardo Morgado porque ele próprio, quando o ano passado foi confrontado com os números dos utentes nas nossas piscinas, também não acreditava, se não soubesse que aquilo era fiável por corresponder às entradas pagas. -----

----Isto são números reais e percebia-se ali que pelo número de caravanas que lá se viam, que, de facto, aquele espaço era muito apreciado e muito requisitado e era da opinião de que era um dos espaços que merecia assim que a Câmara Municipal tivesse disponibilidade, ser intervencionado para dar ainda mais qualidade e responder à procura que tinha. -----

----Aproveitou para dar nota e informar das intervenções junto ao Cais do Rio Tejo e na foz do Enxarrique, e na importância que as mesmas têm para a atividade turística, referindo também mais alguns projetos pensados para aquela zona ribeirinha e que terá um impacto visual e ambiental muito interessante. -----

----7-Outros assuntos de interesse para o Município; -----

---- O membro Alexandra Ventura, começou por cumprimentar todos os presentes referindo que vinha falar de dois assuntos que lhe eram próximos e que sentia que o devia fazer.-----

---- Começou por felicitar o Executivo pelo apoio consistente e crescente prestado ao movimento associativo do Concelho, que ao longo dos anos tem vindo a evidenciar uma aproximação efetiva e positiva às diversas associações locais. Considerava que o associativismo desempenhava um papel central na dinamização da vida social, cultural e desportiva das comunidades, sendo um pilar essencial na promoção da participação cívica, do voluntariado e da coesão social. Através dos apoios municipais, tanto a nível financeiro como logístico, bem como pela organização de eventos lúdico-formativos e pelo incentivo à colaboração entre entidades, tem fortalecido o espírito comunitário e a capacidade de ação colectiva, dando como exemplo desse esforço conjunto, o recente encontro de associações realizado no campo de feiras entre membros de várias coletividades que participaram ativamente em múltiplas iniciativas, num ambiente de partilha, convívio e reforço dos laços entre as mesmas.-----

---- Pelo exposto, seria justo reconhecer o trabalho desenvolvido e incentivar a continuação desta estratégia de proximidade e valorização do tecido associativo, que tanto tem contribuído para o bem-estar e desenvolvimento local.-----

---- O outro assunto, que considerava ainda mais próximo, foi a realização da gala de encerramento do décimo ano letivo da Academia Sénior de Vila Velha de Ródão no passado dia 18 de junho. Tinha sido um momento de celebração que reuniu cerca de cento e quarenta pessoas, entre alunos, professores, técnicos e representantes das entidades parceiras. Aquele projeto, gerido pelo Centro Municipal



de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão, assumiu como uma iniciativa de grande relevância social, promovendo o envelhecimento ativo, a partilha de saberes e o combate ao isolamento da população sénior. Nesse sentido era inevitável deixar um especial agradecimento à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia pelo apoio constante, sem o qual esta missão não seria possível concretizar. -----

----Continuou referindo que ao longo deste ano letivo, a Academia Sénior contou com a participação de 187 (cento e oitenta e sete) alunos, com idades entre os cinquenta e os oitenta e nove anos, distribuídos entre a sede do Concelho e os Polos das Freguesias e o corpo docente, composto por 22 (vinte e dois) professores, orientou mais de vinte disciplinas em diversas áreas, como o desporto, o teatro, a culinária, a música, a cidadania, entre muitas outras. Mencionou que também foram promovidos vários intercâmbios com outras Universidades Seniores, proporcionando momentos de convívio e partilha que deixam uma marca positiva e duradoura na vida dos participantes. Por tudo isto, quis deixar o reconhecimento e o agradecimento a todos os que contribuíram para o sucesso deste projeto, que faz efetivamente a diferença na comunidade, terminando com uma frase que muitos já conheciam "Juntos somos sempre mais felizes." -----

----O membro Paula Gonçalves, começou por cumprimentar todos os presentes, solicitando a colocação de sinalização de estrada sem saída na Urbanização Tapada do Correio, em Fratel. Questionou também e para o mesmo local, a possibilidade da colocação de sinalização de proibição de estacionamento de veículos pesados de mercadorias, uma vez que, devido ao seu peso, podiam danificar os lugares de estacionamento para veículos ligeiros e, sinalizar a

possibilidade de estacionar na Zona Industrial de Fratel, para descanso, uma vez que o estacionamento destes veículos se verifica quando a estação de serviço de Vila Velha de Ródão estava lotada. Terminou, questionando se havia previsão para o calcetamento na Rua da Fonte, em Fratel, uma vez que houve uma intervenção a nível de esgotos para a via pública, e para as valetas na Rua da Lameirança, em Perdigoão.-----

---- O membro Luís Coutinho, após ter ouvido a intervenção do membro Paula Gonçalves, deixou um à parte relacionada com estradas e caminhos e que tem a ver com a má visibilidade, provocada por um conjunto de canas, numa curva, onde é a fonte dos Piolhos, na estrada que vai para o Salgueiral. Independentemente de as canas estarem dentro dos raies, as mesmas tinham que ser limpas e se ninguém o fazia teria de ser, talvez, a Câmara Municipal a fazê-lo. Considerava que esta situação colocava em perigo quem por ali circulava, pois, apesar da estrada se encontrar em muito bom estado, não era muito larga e bastava um veículo circular um pouco fora de mão para dar origem a um acidente.-----

---- Referiu em seguida um assunto já recorrente, que já foi trazido por si a outras assembleias e que tinha a ver com os incêndios. Não iria falar da Proteção Civil porque seria muito redutor e porque, obviamente, a Proteção Civil englobava tudo, como o foi referido pelo membro Vítor Oliveira, e muito bem, não era só a parte dos incêndios florestais ou rurais. Considerava impressionante o facto de após tantos anos continuarmos sem uma política florestal que contribuísse para a prevenção dos incêndios rurais e florestais. Portanto, tratava-se de uma situação que era transversal a todos os governos, em que parecia que os nossos técnicos e chefias, que estão nos Ministérios, não conseguiam



resolver nada, porque era muito simples dizer que o prazo para limpeza de terrenos terminou ou foi prolongado, e caso não se verificasse essa limpeza era aplicada uma multa, porque, como foi dada a ordem, e o próprio Estado recebia o dinheiro, então ficava tudo muito aliviado no Estado. Porém, verificava-se que as pessoas que, não tinham dinheiro, e para além disso, as empresas existentes não eram suficientes para a realização do trabalho, por tudo isso esta questão tinha de mudar. Contudo, era necessária uma estratégia, falava-se em PRR's, apoios e fundos comunitários, mas o problema era que não havia nenhuma estratégia integrada para a floresta e para o mundo rural, continuava-se na mesma situação, considerando esta situação abusiva. Sabia que o que dissera relativamente a este assunto, não adiantaria nada, a não ser para ficar registado, de forma a irem todos passando palavra, porque tinha que ser o Estado, o Ministério da Agricultura e Florestas, a serem responsabilizados e as chefias e os técnicos, a realizar planos e programas, com o objetivo de resolver o problema. Tinha de haver uma estratégia para a floresta, o que atualmente não existia nem para o Estado, nem para os privados. Relembrou que há alguns anos foi criada uma estrutura jurídica e operacional, as ZIF's (Zonas de Intervenção Florestal) que desde há uns anos não funcionava por falta de verbas, nomeadamente, para as operações de limpeza de terrenos. Reiterou, a necessidade de existir um plano a nível nacional, uma vez que com as alterações climáticas a tendência será piorar, e eventualmente, com aquele plano seria possível ter apoio em termos da União Europeia, lamentando mais uma vez toda esta situação por se tratar de uma situação contínua, verificando-se todos os anos. -----

----O membro Célia Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de

Fratel, começou por felicitar o município pela abertura das piscinas municipais, este ano, uma semana antes do habitual, referindo que as piscinas envolviam muita manutenção, necessário ao bom funcionamento e em condições de segurança das mesmas e a respetiva zona envolvente, nomeadamente com a terraplanagem que ali foi feita. Referenciou, a importância da requalificação da Rua dos Barros, em Marmelal, que já tinha sido solicitada algumas vezes, a beneficiação do Largo da Senhora dos Remédios, em Gardete, a requalificação da Rua da Portela, em Vilar de Boi, bem como as obras que se encontraram em curso no edifício inacabado na entrada de Fratel, que dará origem à moradia bifamiliar, com a possibilidade de arrendamento a custos acessíveis.-----

---- O Sr. Presidente da Câmara, começou por agradecer as referências que foram feitas quer pelo membro Alexandra Ventura, relativamente ao Associativismo e à Academia Sénior, quer pelo membro Célia Ribeiro. -----

---- Relativamente à intervenção do membro Paula Gonçalves, estranhou não ter feito menção à intervenção profunda feita na Rua dos Barros, em Marmelar, uma vez que habitualmente se referia nas suas intervenções. No que respeitava às questões da sinalética, da nova Urbanização e ao calcetamento da Rua da Fonte, iriam ser tidas em atenção. Já no que dizia respeito à Rua da Lameirancha, não será de fácil resolução devido a alguns constrangimentos a nível operacional, porém considerava que não estava esquecido. Relativamente à questão da limpeza das bermas na estrada do Salgueiral, colocada pelo membro Luís Coutinho, referiu que se iria avaliar o que se conseguia fazer para resolver a situação.-----

---- **8- Período de intervenção do público nos termos do artigo 21º do Regimento;**-----



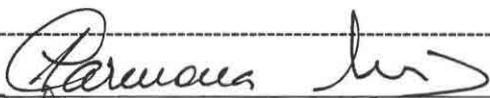
----O Sr. António Cavaca, cumprimentou todos os presentes, começando por referir que iria usar o seu tempo com o seu objetivo de sempre, exercer cidadania a favor da causa comum. Transmitiu que o tema que trazia seria prolongado ao longo das sessões anteriores, referindo que a democracia se fazia de política, mas também das sugestões dadas pelo cidadão comum para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, considerando que seria possível melhorar procedimentos nas autarquias, que era sempre algo de salutar. Informou que o que trouxesse teria sempre como base o conhecimento de situações ocorridas, deixando, no seu entender qual seria caminho. Referindo que conhecia uma situação que existia no nosso Concelho que tinha a ver com as ajudas pecuniárias às Associações. Apesar de partilhar da opinião do membro Alexandra Ventura, porque temos um associativismo muito amigo do povo, os nossos autarcas tinham uma enorme nobreza, em atos de ajuda pecuniária a estas associações e atividades, porém em certos assuntos, os colaboradores não estavam a ter os cuidados devidos, de acordo com os requisitos da lei, o que poderia acarretar problemas aos nossos autarcas no futuro. Passou a explicar que as ajudas pecuniárias a estas entidades, tinham de ser de acordo com o enquadramento legal, e aquelas só podiam ser feitas ou operacionalizadas havendo evidências da inexistência de dívidas ao Estado por parte da Associação e o Registo Central do Beneficiário Efetivo, uma vez que estes documentos caducam e se calhar não eram solicitados pelos colaboradores da autarquia, porém tinha sempre de se verificar, e caso não estejam válidas tinham de ser pedidos documentos atualizados e válidos, para processar as ajudas pecuniárias. -----

----Em relação ao tema do autocaravanismo, referiu que as mais de duas mil autocaravanas que utilizaram o Parque, em Vila Velha de

Ródão, não o surpreendera porque o autocaravanismo era uma paixão de há muitos anos, e a qualidade que encontram no parque de autocaravanas em Vila Velha de Ródão é muito superior às que têm na maioria dos parques em Portugal e mesmo no sul da Europa e por isso queria felicitar o projeto, que considerou excelente. Acrescentou ainda que o autocaravanismo trazia interesses económicos para a região onde as autocaravanas parqueavam, uma vez que estas eram muito limitadas do ponto de vista de autonomia, havendo necessidade de serem reabastecidas diariamente, concluindo que o autocaravanismo era muito bem-vindo.-----

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal, agradeceu a intervenção e deu nota de que a questão das obrigações legais, quer nos pagamentos da Câmara Municipal, quer na atribuição dos subsídios, é algo que os funcionários têm bem presentes e estava convicto que a letra da lei é respeitada na íntegra. De qualquer forma, iria transmitir essa questão, tendo à partida a noção de que estaria tudo bem, mas ficaria o reparo, que agradecia, porque, de facto, essas questões eram levantadas, amiúde quase todos os dias e apesar de ter ideia que não são ignoradas por ninguém, seria reforçada essa preocupação.-----

---- Não havendo mais intervenções neste ponto, o Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a presente sessão, às vinte e duas horas e quinze minutos e dela se lavrou a presente ata, que depois de lida e julgada conforme, vai ser assinada pelos membros da mesa.-----


Paula Cristina Ribeiro Gonçalves